



**COORDENADORIA DE BIBLIOTECA E MEMÓRIA
RELATÓRIO ANUAL
2017**





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR**

RELATÓRIO DA COORDENADORIA DE BIBLIOTECA E MEMÓRIA

A Coordenadoria de Biblioteca e Memória do Tribunal foi criada, em 12 de fevereiro de 2015, com a publicação no Diário da Justiça Eletrônico, n. 5.496, do novo Regulamento dos Serviços Auxiliares da Justiça Militar do Estado. Entretanto, o órgão administrativo se origina oficialmente, em 1972, com o antigo Regulamento da Corte de Apelação que criou a Biblioteca Fernando da Silva Bastos. Porém, acredita-se que a Biblioteca exista desde 1940, quando houve a promulgação do Decreto-Lei n. 47 que reorganizou a Justiça Militar do Estado e transformou o Conselho de Apelação em Corte de Apelação.

A Coordenadoria de Biblioteca e Memória é o órgão incumbido de organizar, manter, conservar e atualizar o acervo de memória institucional, doutrina, legislação e jurisprudência do Tribunal, bem como elaborar e executar pesquisas de informações subsidiárias aos trabalhos jurisdicionais e administrativos da Justiça Militar do Estado. Desde suas origens até a presente data, a Unidade visa oferecer eficiência e qualidade nos produtos e serviços prestados aos integrantes da JMERS e aos cidadãos.

Durante o ano de 2017, a Coordenadoria planejou e implementou a atualização do Sistema de Bibliotecas – Pergamum passando a usufruir os benefícios das diversas inovações tecnológicas propostas pela nova versão Web do Sistema. A arquitetura cliente/servidor com interface gráfica de programação em Delphi foi substituída pelo novo modelo que utiliza a linguagem JAVA; e o banco de dados relacional SQL ORACLE foi mantido. A equipe técnica envolvida neste projeto ainda trabalha nos ajustes necessários para o adequado funcionamento de tal banco.

1. SERVIÇO DE PROCESSAMENTO TÉCNICO DE DOCTRINA, DE LEGISLAÇÃO E DE JURISPRUDÊNCIA

As atribuições do Serviço de Processamento Técnico compreendem: a) selecionar livros e publicações periódicas, nacionais e estrangeiras; e propor à Direção-Geral sua aquisição; b) revisar, registrar, classificar, catalogar e indexar livros e publicações periódicas e prepará-los, devidamente, para a circulação; c) fazer a leitura dos diários assinados e examinar as publicações oficiais do interesse da Justiça Militar do Estado; d) orientar o serviço de limpeza e conservação do acervo; e) preparar para a encadernação ou restauração os volumes que se encontrem em mau estado de conservação; f) propor à Direção-Geral a descarga do material inutilizado ou obsoleto, lavrando-se termos da mesma; g) organizar e manter as coleções e os catálogos de obras que se tornarem necessários; e h) revisar o acervo para verificação de eventual extravio de obras.

A seguir, estão registradas as atribuições regulamentares da Coordenadoria desenvolvidas em 2017.

1.1 Seleção de Livros e Periódicos para Aquisição

As obras para composição do acervo da Coordenadoria de Biblioteca e Memória são adquiridas através de compra, de doação ou de permuta. A Coordenadoria adquiriu, no ano de 2017, o valor de R\$ 7.499,30 em livros, ainda em processo licitatório, que será concluído em 2018. Em 2017, foram investidos cerca de R\$ 38.023,37 em novas assinaturas e renovações. A Coordenadoria recebeu diversas doações de livros, de publicações seriadas, de monografias totalizando 1097 títulos e 1150 exemplares incorporados ao acervo. O material recebido e não incorporado ao acervo foi doado a outras instituições.

1.1.1 Investimentos em Acervo Eletrônico

Em 2017, a Biblioteca buscou investir no seu acervo eletrônico, seja pelas facilidades que seu uso apresenta, ou seja, pelo custo/benefício que apresentam. Além

disso, o Setor tem procurado catalogar no Sistema Pergamum materiais de informação disponíveis na Internet gratuitamente, tendo conseguido obter acréscimo no acervo de Publicações On-line. Tendo acrescido a coleção de Bases Dados e a de CDs-ROM.

The screenshot displays the Pergamum search interface. At the top, the browser address bar shows the URL: http://pergamum.tjrs.jus.br/pergamum/tjm/biblioteca/outras_pesquisas.php. The page header includes the logo of the Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul and the text "ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PODER JUDICIÁRIO".

The main search area is titled "Outras Pesquisas" and contains the following elements:

- A dropdown menu for "Selecione outras Pesquisas".
- A search box with "Publicações On-Line" selected in the "Buscar por:" dropdown.
- A list of search criteria: "Listar: Título".
- A search button labeled "Pesquisar".
- A "Limpar campos" button.
- A "Número de Registros Encontrados: 289" indicator.

Below the search area, a list of search results is displayed, including:

- Registro(s) 1 - 289
- Ação rescisória : a súmula n. 343-STF e as funções institucionais do Superior Tribunal de Justiça / 2009
- Ações diretas de inconstitucionalidade : jurisprudência / 2004-2005
- Algumas considerações acerca do princípio da proporcionalidade
- Ampla defesa e o contraditório na aplicação das punições disciplinares, A / 2007
- Ampla defesa nos recursos administrativos disciplinares da Polícia Militar do Estado de São Paulo, A / 2007
- Anais do Seminário Demandas Repetitivas na Justiça Federal : possíveis soluções processuais e gerenciais, [/ 2013
- Antecipação de tutela e o poder geral de cautela nas transgressões disciplinares militares / 2008
- Aplicabilidade dos institutos despenalizadores da lei 9.099/95 aos crimes militares, A / 2007
- Aplicação da lei 11.449/07 no direito processual penal militar : lei que modificou o artigo 306 do código de processo penal comum / 2007

1.1.2 Doação de Duplicatas

A Biblioteca do Tribunal de Justiça Militar do RS recebe diversas doações de seus usuários. Nem todo material doado é incorporado ao acervo, seja pela existência daquele material, seja pela incompatibilidade dos assuntos. Os materiais não incorporados são reunidos em uma lista e oferecidos a outras bibliotecas jurídicas ou gerais de todo o Brasil.

Durante o ano de 2017, os materiais de informação não incorporados foram doados a outras bibliotecas jurídicas.

1.2 Revisão, Registro, Classificação, Catalogação, Indexação de Livros e Publicações Periódicas e Preparação para Circulação

Através das atividades do processamento técnico biblioteconômico, são realizadas a análise temática e a representação descritiva dos materiais de informação que serão incluídos no acervo da Coordenadoria de Biblioteca e Memória. O processamento técnico compreende as atividades de catalogação, de classificação e de indexação de documentos e visam facilitar o seu armazenamento e localização. Essas atividades são realizadas com base em padrões documentais, como por exemplo: vocabulários controlados, códigos de catalogação e tabelas de classificação.

O acervo da Biblioteca Fernando da Silva Bastos obteve um acréscimo de cerca de 10% em seu tamanho, se considerados todos os tipos de materiais informacionais que o compõem. Durante esse ano, foram catalogados, classificados e indexados 1714 materiais documentais. Foram incorporados ao acervo 1714 novos títulos e 270 novos exemplares.

The screenshot displays the Pergamum search interface. The search term is "código de processo civil 2016", and 138 records were found. The first two results are:

- A possibilidade de utilização dos embargos de declaração em processos administrativos conferida pelo novo código de processo civil : um reforço ao controle dos atos administrativos pela obediência ao princípio da motivação / 2016 - (Artigos de periódicos)** - Acervo 172328
 ARAÚJO, Aldem Johnston Barbosa. A possibilidade de utilização dos embargos de declaração em processos administrativos conferida pelo novo código de processo civil: um reforço ao controle dos atos administrativos pela obediência ao princípio da motivação. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 105, n. 970, p. 137-191, ago. 2016.
 | **Revista dos tribunais / 1912** - - Acervo 138881
 | REVISTA DOS TRIBUNAIS. São Paulo: Revista dos Tribunais,1912-. Mensal. Índice acumulado. ISSN 0034-9275.
[Visualizar DETALHES](#)
- Agravo de instrumento no código de processo civil de 2015 : entre a taxatividade do rol e um indesejado retorno do mandado de segurança contra ato judicial / 2016 - (Artigos de periódicos)** - Acervo 172150
 MARANHÃO, Clayton de Albuquerque. Agravo de instrumento no código de processo civil de 2015: entre a taxatividade do rol e um indesejado retorno do mandado de segurança contra ato judicial. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 41, n. 256, p. 147-168, jun. 2016.
 | **Revista de processo / 1976**- - - Acervo 137613
 | REVISTA DE PROCESSO. São Paulo: Revista dos Tribunais,1976-. Mensal. Índice acumulado. ISSN 0100-1981.
[Visualizar DETALHES](#)

1.2.1 Livros, Folhetos, Monografias e Artigos em Livros

A Biblioteca Fernando da Silva Bastos, durante o ano de 2017, adquiriu 27 títulos diferentes de livros que perfazem o total de 38 exemplares. Por fim, cabe salientar que os artigos em livros obtiveram acréscimo de 437 itens.

O acervo de folhetos obteve um crescimento de 38 títulos e exemplares no ano de 2017. Também foram incorporadas ao acervo 4 novas monografias (teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso ou de especialização). As áreas do conhecimento com maior investimento são Direito Processual Penal Militar, Direito Administrativo e Direito Penal Militar.

1.2.2 Periódicos e Artigos em Periódicos

A coleção de periódicos da Biblioteca é formada por 146 títulos nacionais e internacionais. O crescimento da coleção, em 2017, foi de 36 títulos e 190 exemplares. Em 2017, foram investidos cerca de R\$ 38.023,37 em novas assinaturas e renovações. A coleção de periódicos obteve expansão em função de doações de coleções que são recebidas de nossos usuários e da política de incorporação no acervo documental de revistas em formato eletrônico.

Aos artigos de periódicos foram acrescentados 1172 novos títulos. A Coordenadoria ainda está realizando o processamento técnico retroativo, ou seja, ainda está catalogando e indexando os exemplares das coleções de revistas que já existiam no acervo. Junto ao processamento retroativo também está sendo feito o processamento dos exemplares de periódicos recém-adquiridos.

1.2.3 Atos Normativos e Legislação Institucional

A Unidade também atualizou as pastas de Atos Normativos da JMERS com as resoluções, portarias, ordens de serviço, provimentos, publicados no ano de 2017.

A Coordenadoria de Biblioteca e Memória também realizou a consolidação de diversos atos normativos e leis que foram alterados no ano de 2017. Os textos foram atualizados e publicados no *site* institucional.

1.2.4 Digitalização da Jurisprudência Institucional Não Publicada

A Coordenadoria, durante o referido período, deu continuidade a digitalização dos acórdãos não publicados arquivados. A digitalização oferece agilidade no

atendimento das demandas na medida em que é possível enviar o material no mesmo momento da consulta.

Além disso, os arquivos de computador evitam a reprodução dos documentos em papel. Esse fato diminui a quantidade de papel utilizado, bem como colabora com a política de preservação ambiental promovida pelo Programa de Gestão Ambiental da Justiça Militar do Rio Grande do Sul (JMEco) e pelo Grupo Interinstitucional de Cooperação Ambiental (GISA).

1.2.5 Disseminação Seletiva de Informações

A disseminação seletiva de informações (DSI) é um dos serviços personalizados oferecidos pela Biblioteca Fernando da Silva Bastos. A DSI consiste na leitura, na seleção e na disponibilização de informações focadas nas atividades jurisdicionais desenvolvidas pelos membros da Justiça Militar do Estado do RS e nas atividades administrativas da Secretaria do Tribunal de Justiça Militar do RS. As informações são captadas em diários oficiais, em sites institucionais e nos materiais de informações adquiridos pela unidade, como livros e revistas.

A DSI compreende a disseminação dos atos do Diário Eletrônico do TCE/RS, dos atos do Diário Oficial do Estado, dos Informativos do Supremo Tribunal Federal e dos Informativos do Superior Tribunal de Justiça. Além desses produtos informacionais, a Biblioteca elaborou um boletim mensal com todos os sumários de revistas de doutrina recebidos no mês corrente. Os arquivos foram disponibilizados na Intranet da Instituição e são enviados por e-mail aos membros e servidores do Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS). Ademais, a Biblioteca realizou o arquivamento de diversos atos do Diário da Justiça do Estado.

2 SERVIÇO DE MEMÓRIA

Ao Serviço de Memória incumbe resgatar e conservar a história da Justiça Militar do Estado, o pensamento e a atuação de seus integrantes desde sua criação e investigar as influências recíprocas entre a sua ação e o ambiente social de cada época. Para tanto lhe compete: a) recuperar e catalogar documentos, imagens iconográficas e outros objetos pertinentes; b) recuperar, através da memória oral, as histórias de vida dos magistrados e servidores da Justiça Militar, editando livros e folhetos; c) mobilizar e sensibilizar os magistrados, servidores e público em geral à efetiva concretização dos objetivos do Projeto Memória; d) celebrar convênios com universidades, escolas e outras instituições culturais aptas a contribuir para os fins do projeto; e) realizar intercâmbios com instituições e programas similares, particularmente àqueles ligados à atividade judiciária; f) captar apoio e patrocínio, quando necessário, de entidades voltadas para o estímulo financeiro das atividades culturais; g) localizar e arrecadar, quando possível, material de interesse do projeto junto às Auditorias e ao Tribunal; h) designar um local próprio para guarda adequada tecnicamente à catalogação do acervo documental e fotográfico, bem como armários para a guarda de documentos, livros, revistas, jornais, coletâneas, entrevistas, pesquisas, publicações e produções; i)

propor a criação de projetos de responsabilidade social conforme as metas do Conselho Nacional de Justiça; e j) propor pesquisas de datas comemorativas e históricas alusivas à instituição para divulgação no site oficial, com fim de preservação histórica da memória institucional, por ser instrumento de identidade, de legitimidade e de poder.

A seguir estão registradas as atribuições regulamentares do Serviço de Memória realizadas em 2017. O Serviço de Memória desde sua criação – 2003 – conta com o Senhor Juiz Sérgio Antonio Berni de Brum como coordenador e idealizador das publicações e atividades desenvolvidas.

2.1 Recuperação e Catalogação de Documentos Históricos

Os arquivos digitais do Projeto Memória foram todos organizados e os arquivos físicos estão sendo tratados e inseridos no Sistema Pergamum com vistas a dar publicidade a todo trabalho realizado pelo Memória enquanto Projeto. Durante o ano de 2017, foram catalogadas e indexadas 45 pastas biográficas ou de memória institucional, totalizando 81 exemplares. Para cada pasta de memória pessoal foi elaborada uma biografia a respeito do magistrado com o relato de sua carreira.

The screenshot displays the Pergamum search interface. The search term is "PASTA", resulting in 81 records. The interface includes a search bar with options for "Palavra" (selected) and "Índice", a dropdown for "Ordenação" (set to "Título"), and a "Buscar por:" dropdown (set to "Título"). The search results are displayed in a list format, showing the following entries:

- Alarico Cabeda : pasta**, [/ 2016 - (Folhetos)
[ALARICO Cabeda: pasta]. Porto Alegre: Tribunal de Justiça Militar, 2016. 2 f.
Número de chamada: **MEMÓRIA 347.962:344.3(816.5) A321 [2016]**
Exemplares | Referência | Marc
- Aldo Ladeira Ribeiro : pasta**, [/ 2016 - (Folhetos)
[ALDO Ladeira Ribeiro: pasta]. Porto Alegre: Tribunal de Justiça Militar, [2016]. 20 f.
Número de chamada: **MEMÓRIA 347.962:344.3(816.5) A364 [2016]**
Exemplares | Referência | Marc
- Alexandre Aronne de Abreu : pasta**, [/ 2016 - (Folhetos)
[ALEXANDRE Aronne de Abreu: pasta]. Porto Alegre: Tribunal de Justiça Militar, 2016. 2 f.
Número de chamada: **MEMÓRIA 347.962:344.3(816.5) A381 [2016]**
Exemplares | Referência | Marc

The interface also features a sidebar for refining the search, including filters for "Unidade de Informação" (Tribunal de Justiça Militar - Biblioteca(81)), "Tipo de obra" (Folhetos(70), Livros(10), Monografias(1)), "Data de publicação" (2017(41), 2016(39), 2013(1)), "Somente com", and "Autores".

A seguir recorte de jornal de época recuperado pelo Serviço de Memória e arquivado para pesquisa na pasta do Juiz Rubem Scheid. Diversos recortes foram recuperados e inseridos nas pastas biográficas, que estão todas disponibilizadas para consulta e leitura.



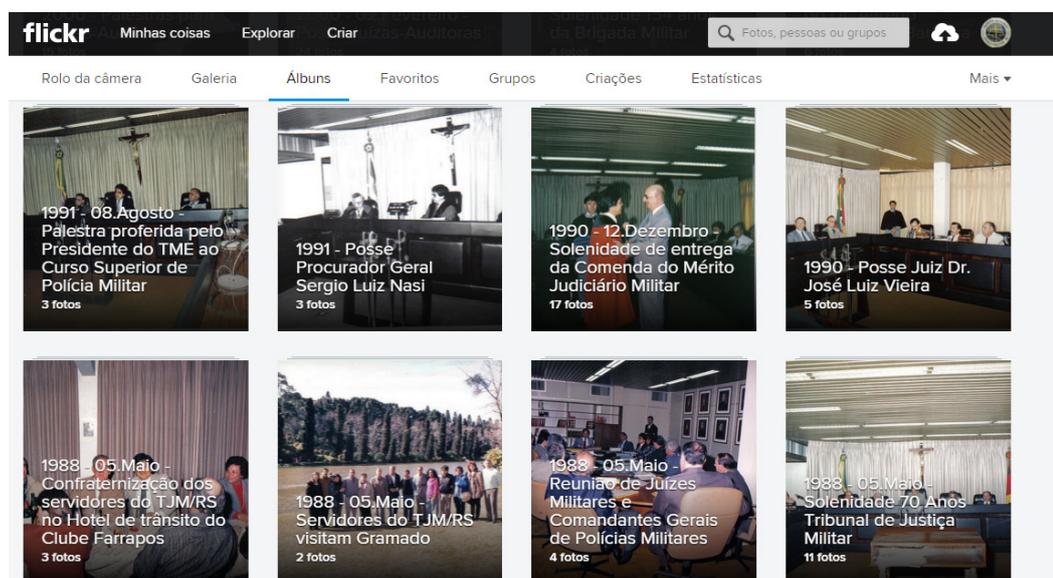
2.2 Recuperação e Catalogação de Imagens Iconográficas

A recuperação e a catalogação de imagens iconográficas – atribuição regimental do Serviço de Memória – se deu em 2017 de duas formas, a saber, organização e catalogação das fotografias em papel existentes no acervo do Projeto Memória e organização e tratamento das fotografias digitais existentes nos sites institucionais, inclusive no site do Tribunal.

2.2.1 Flickr

O Serviço de Memória deu continuidade à atividade criada e desenvolvida pelo Projeto Memória que consiste em disponibilizar na ferramenta Flickr as fotos

institucionais para a formação do Banco de Imagens Institucional. Também foram organizadas as fotos já publicadas. Da mesma forma, foram inseridas as fotos anteriores a 2013.



2.2.2 Acervo iconográfico do Projeto Memória

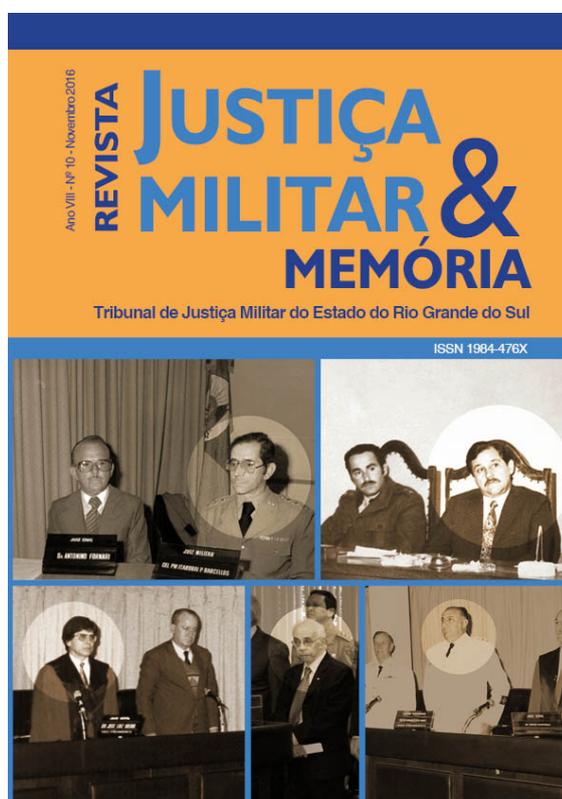
O Serviço de Memória deu continuidade à atividade criada e desenvolvida pelo Projeto Memória no que tange a organização, impressão, confecção de envelopes e identificação das pessoas em fotografias. Foram organizadas numericamente 771 fotos, das quais apenas 8 fotos não obtiveram nenhum tipo de identificação ou

informação quanto à data, ao local ou ao evento a qual se refere. Para identificação das pessoas constantes nas fotos ou obtenção de informações acerca delas, foram consultados juízes e servidores da ativa e aposentados. No último trimestre de 2017, foi veiculado um pedido de doação de fotografias, através da Intranet Institucional, com o objetivo de aumentar o acervo imagético do Serviço de Memória, em obediência à atribuição regimental de mobilizar e sensibilizar os magistrados, servidores e público em geral à efetiva concretização dos objetivos do Projeto Memória.

2.3 Recuperação da História da Justiça Militar com a Edição de Livros e Folhetos

O Serviço de Memória elaborou e veiculou as seguintes publicações com vistas à divulgação da história da Justiça Militar:

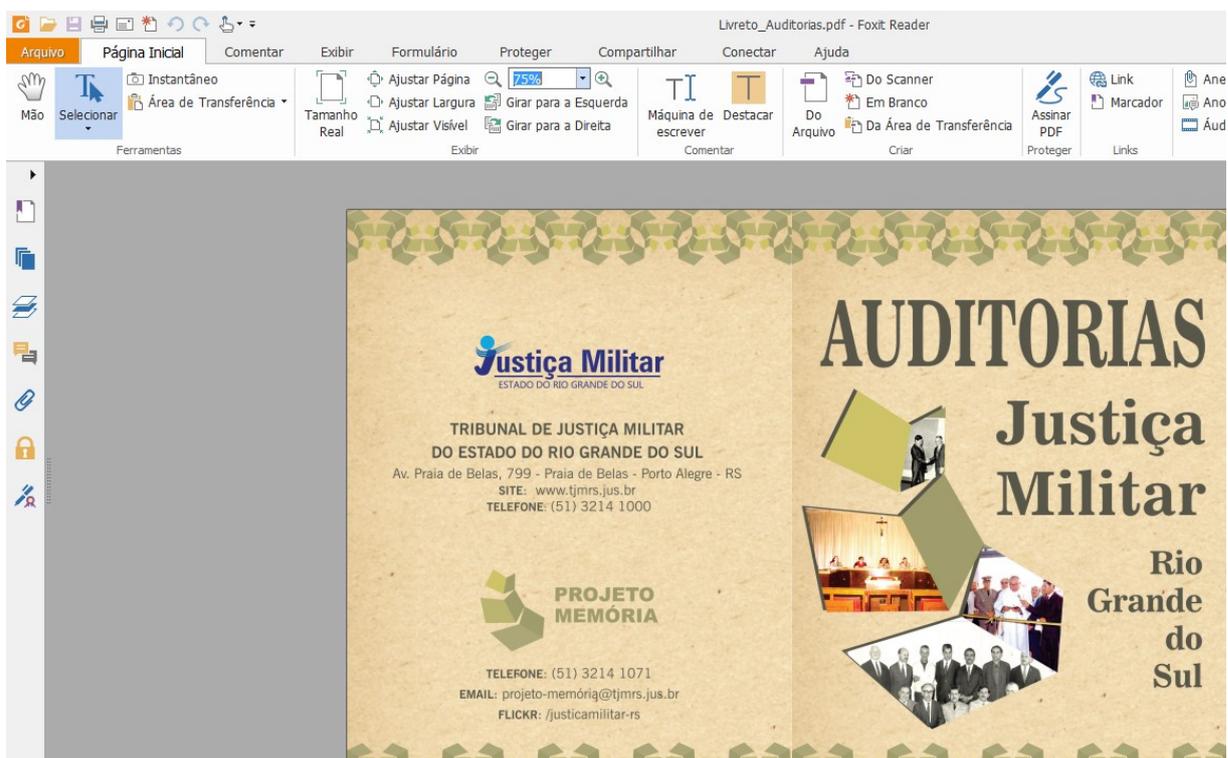
- a) desenvolvimento, organização e editoração eletrônica da Revista Justiça Militar e Memória número 10 lançada em setembro de 2017:



SUMÁRIO

2	EDITORIAL
3	CÓDIGO PENAL MILITAR: IMPOSSIBILIDADE HERMENÊUTICA DE APLICAÇÃO DA EXTIÇÃO DA PUNIBILIDADE POR PECULATO CULPOSO AO EXTRAVIO DE ARMA DE FOGO <i>Amílcar Fagundes Freitas Macedo</i>
12	O EXTRAVIO CULPOSO DE ARMA DE FOGO E SEU ENQUADRAMENTO NO CÓDIGO PENAL MILITAR <i>Clovis Sant'non</i>
20	REPERCUSSÃO DAS REFORMAS DO CPP NO CPPM <i>Enio Luiz Rossetto</i>
34	INCONSTITUCIONALIDADE DA PRISÃO PROCESSUAL OBRIGATÓRIA NO CPPM <i>Fernando A. N. Galvão da Rocha</i>
46	JUSTIFICAÇÃO HISTÓRICA E DEMOCRÁTICA DA JUSTIÇA MILITAR <i>Fernando Armando Ribeiro</i>
60	CRIME MILITAR DOLOSO CONTRA A VIDA DE CIVIL: INEXISTÊNCIA DA NECESSIDADE DE A JUSTIÇA MILITAR ENCAMINHAR OS AUTOS DO INQUÉRITO POLICIAL MILITAR A JUSTIÇA COMUM QUANDO PRESENTE EXCLUDENTE DE ILICITUDE <i>Fernando Pereira</i>
69	CONTROLE JUDICIAL DO MÉRITO ADMINISTRATIVO <i>Paulo Adib Casseb</i>
74	A INTIMIDADE COMO LIMITADORA DA PRODUÇÃO DE PROVA <i>Ronaldo João Roth</i>
87	PALAVRAS DA COORDENAÇÃO
90	MEMÓRIAS DA JUSTIÇA MILITAR

b) elaboração e diagramação do livreto sobre o Primeiro Grau da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul (*no prelo*):



2.3 Visitas com o objetivo de realizar intercâmbios com instituições e programas similares ao Serviço de Memória, particularmente aqueles ligados à atividade judiciária

A equipe do Serviço de Memória visitou exposições de outros órgãos públicos e também buscou informações em arquivos públicos sobre julgamentos notórios ocorridos na Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul. A seguir um breve relato das experiências.

a) Justiça Federal da 4ª Região

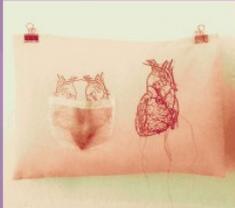
A visita a uma exposição do Poder Judiciário cujo tema é Direitos Humanos e Direito à Saúde – A trajetória da Justiça Federal em demandas por assistência farmacológica e procedimentos no SUS, sendo o evento organizado pela Seção de Memória Institucional, Núcleo de Documentação e Memória da Justiça Federal do Rio Grande do Sul e tendo ocorrido na rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 600/9º andar.

O Memorial da Justiça Federal do Rio Grande convida para abertura do quinto eixo do eixo
 “Direitos Humanos, uma questão de Justiça” com

*Direitos Humanos e Direito à Saúde:
 A trajetória da Justiça Federal em demandas
 por assistência farmacológica e procedimentos*

Dia 13/09 às 18h
 no Memorial da Justiça Federal do RS
 Otávio Francisco Caruso da Rocha, 600/9º andar

Reminiscências, afetividades
 e outras delicadezas



Artista: Alexandra Eckert

Exposições de acervo
 das instituições



Curadoria: Mem

Mais informações: memoria@jfrs.jus.br

Parceiros



O acontecimento em questão também expõe as obras da artista Alexandra Eckert, cujo tema é Reminiscências, afetividades e outras delicadezas, que abre a 11ª Primavera dos Museus e faz parte do evento Direitos Humanos e Direito à Saúde – A trajetória da Justiça Federal em demandas por assistência farmacológica e procedimentos no SUS.

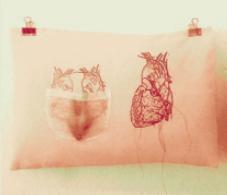
**11^a PRIMAVERA
DOS MUSEUS**
museus e suas memórias
13/SET A 14/OUT 2017

O Memorial da Justiça Federal do RS convida para a exposição

*reminiscências,
afetividades
e outras delicadezas*
de Alexandra Eckert

Abertura: 13/09 - 18h

Memorial da Justiça Federal do RS
Otávio Francisco Caruso da Rocha, 600/9º andar.



Visitação de
segunda a sexta-feira,
das 13h às 18h

Esta atividade faz parte do evento Direitos Humanos e Direito à Saúde:
A trajetória da Justiça Federal em demandas por assistência farmacológica e procedimentos no SUS



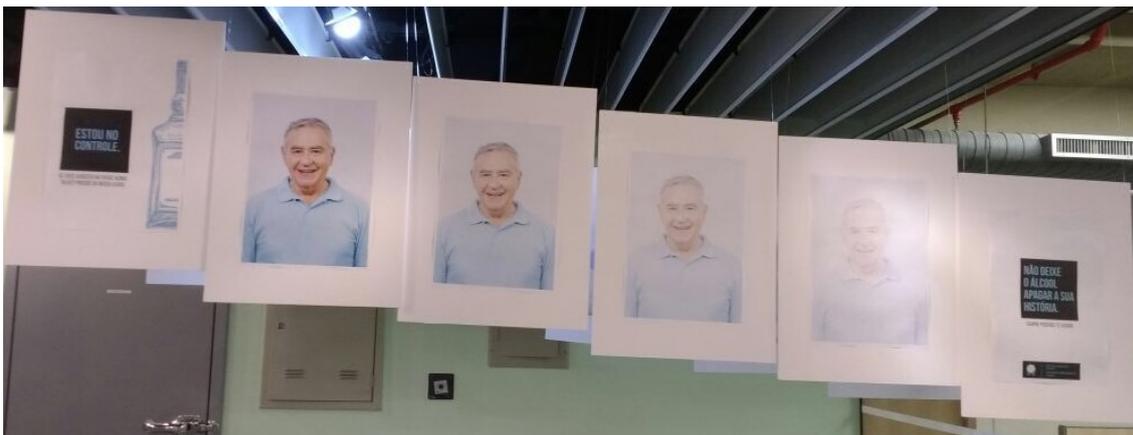
Durante a visita, a equipe do Projeto Memória do TJM/RS tirou aproximadamente 28 fotos, seguindo abaixo algumas delas:



Uso de processo judicial, objetos meramente ilustrativos e gravura.



Uso de banner e a união da arte contemporânea ao Poder Judiciário.



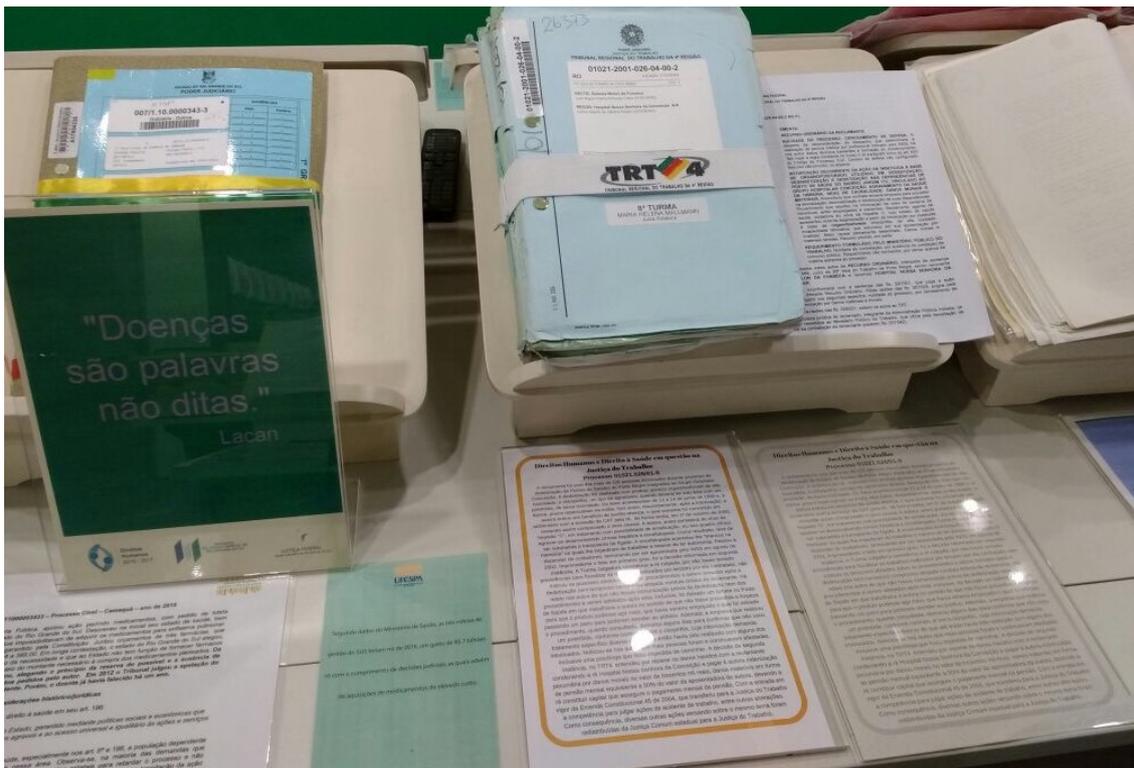
A aplicação da técnica do “Varal”, explicitando uma campanha institucional contra o alcoolismo.



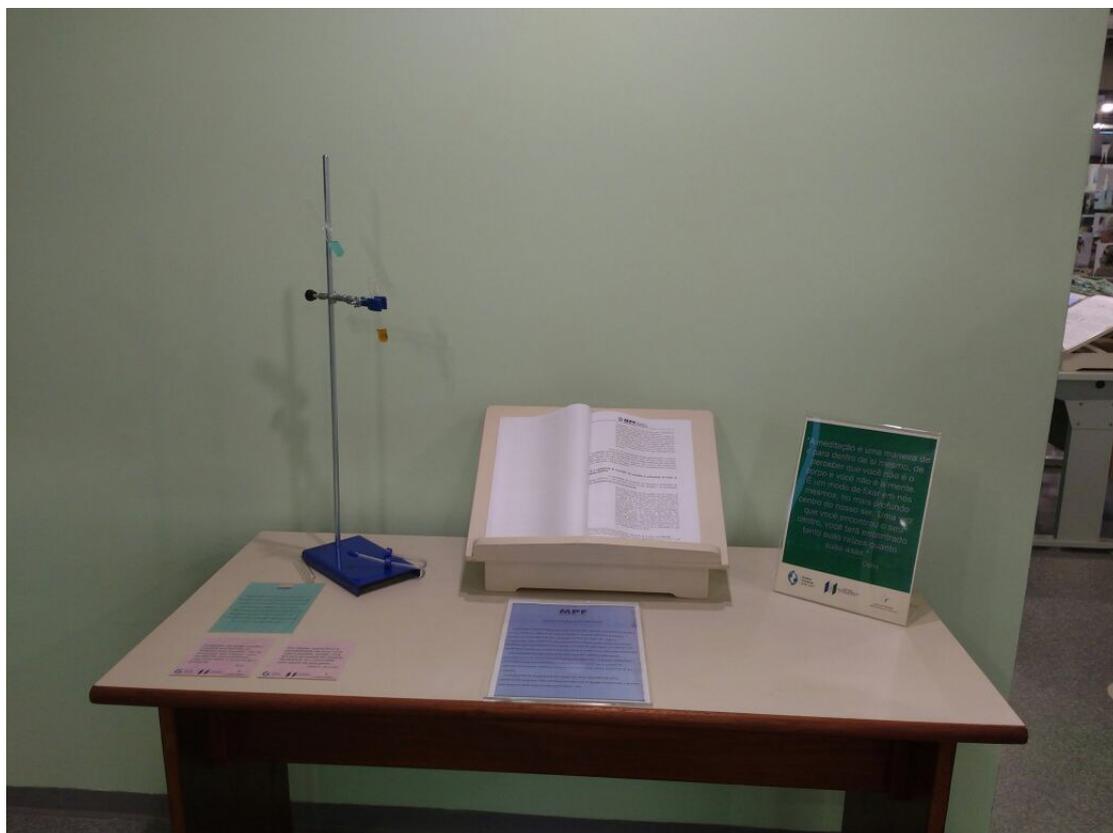
Uso de artigos extraídos de jornais e revistas.



Campanha informativa: o melhor purificador de água é o de barro.



Processo judicial cedido temporariamente pelo TRT4. Frase de Jacques Lacan incluída na exposição em meio a outros elementos.



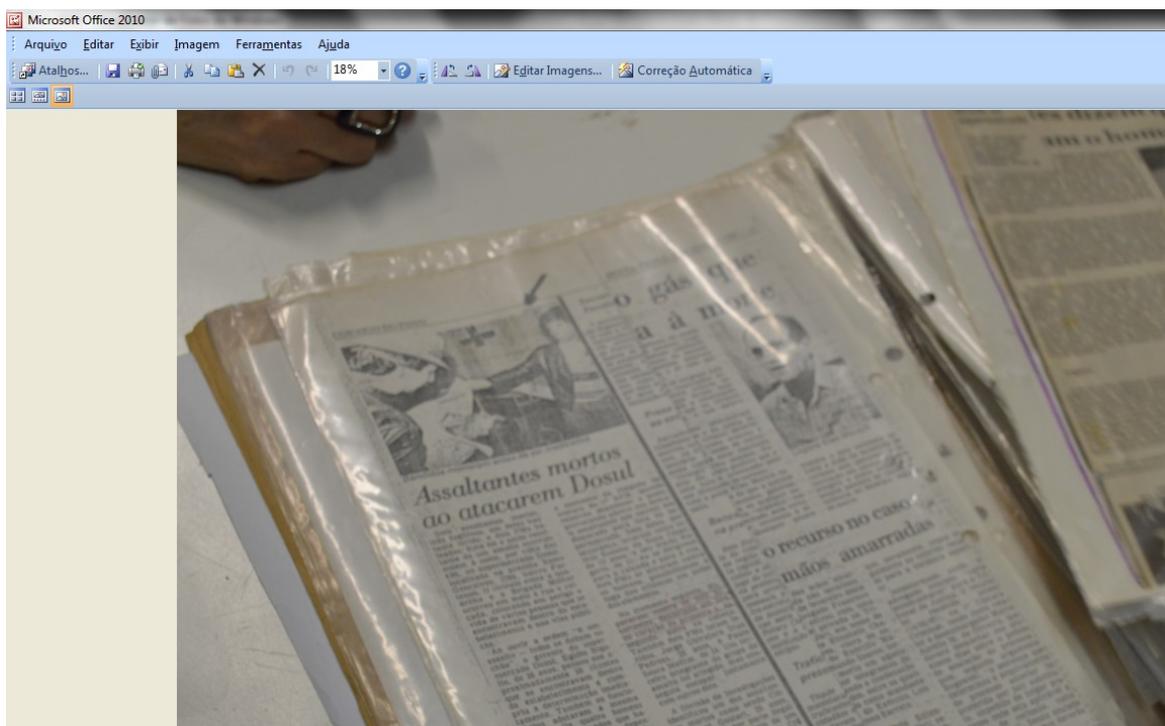
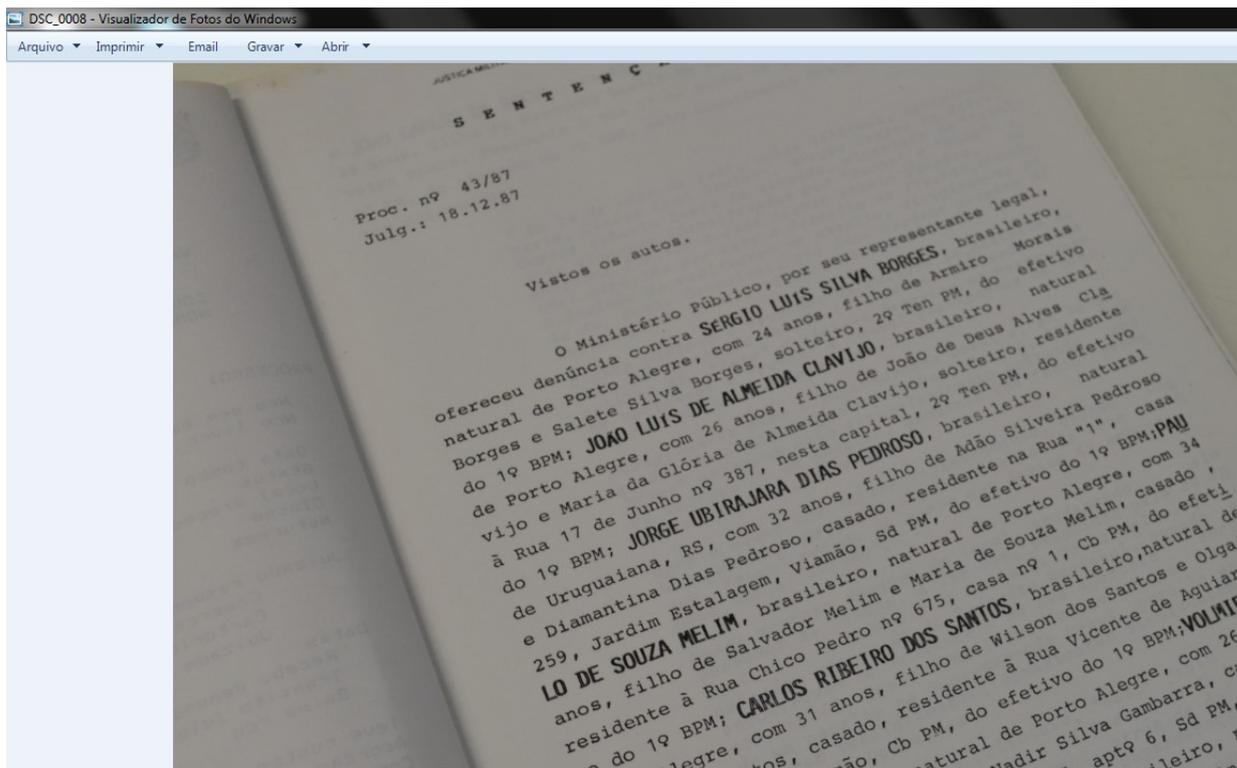
Objetos sem proteção antifurto, pois há sistema de câmeras.

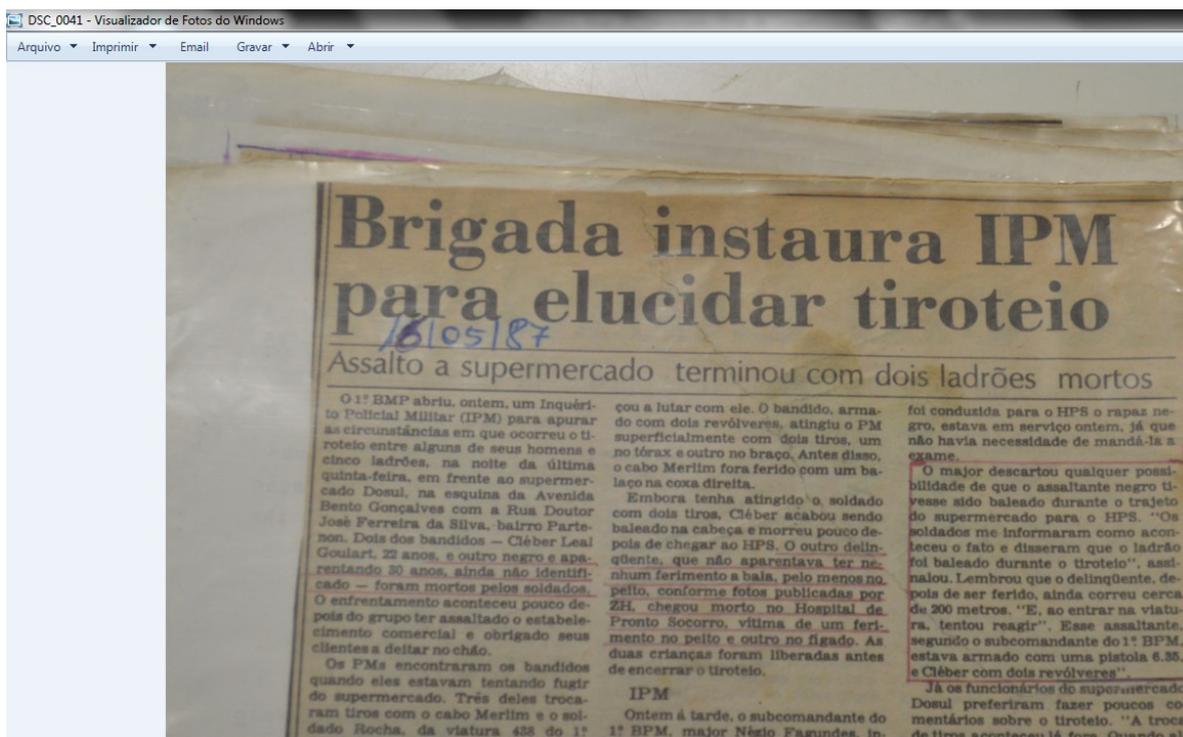
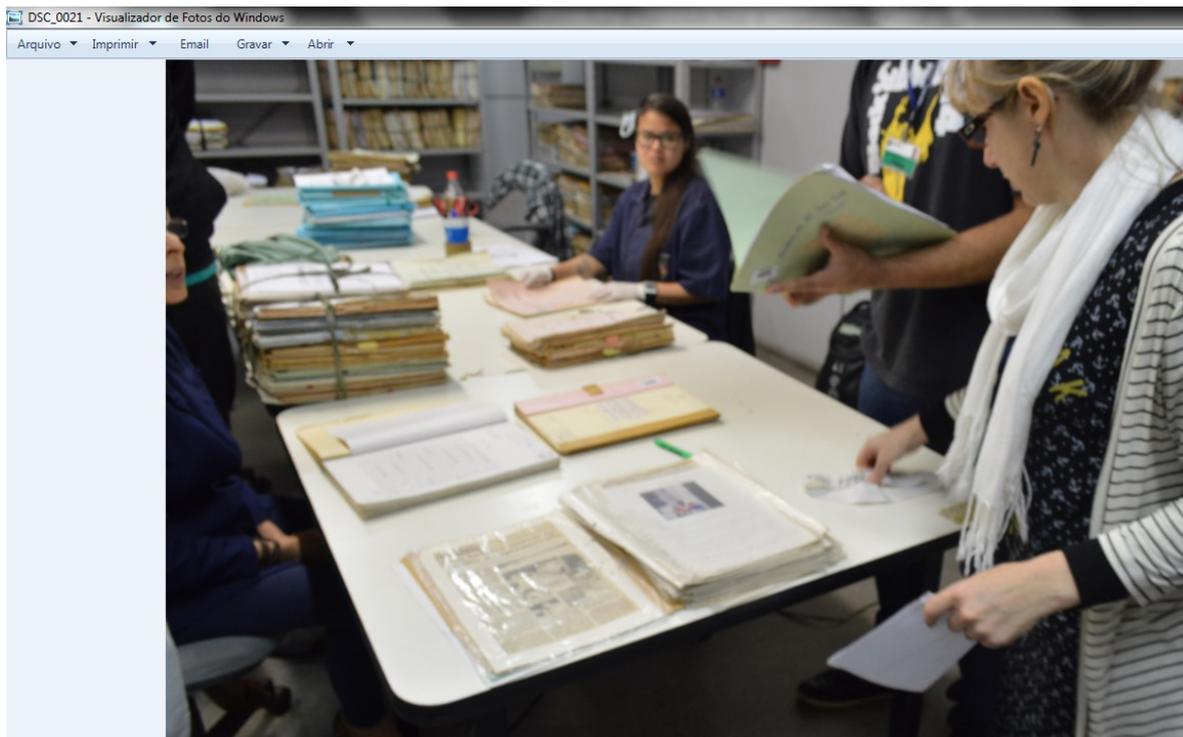
O que se percebe, nessa exposição, é a aplicação de registros históricos, de objetos meramente ilustrativos, de artigos provenientes de jornais e revistas, de frases de grandes pensadores, de campanha institucional conscientizadora do uso correto da água – entre outras – e, por fim, de processos judiciais emprestados por outros órgãos públicos e de objetos da arte contemporânea. A última aplicação, ou seja, a de objetos de arte nos chamou atenção, pois temos a junção da arte ao Poder Judiciário. Outros pontos relevantes são a existência de algumas palestras cujos temas eram pertinentes ao assunto, e a União, isto é, a colaboração de vários órgãos públicos (estaduais, federais, entre outros) para a realização de tal evento.

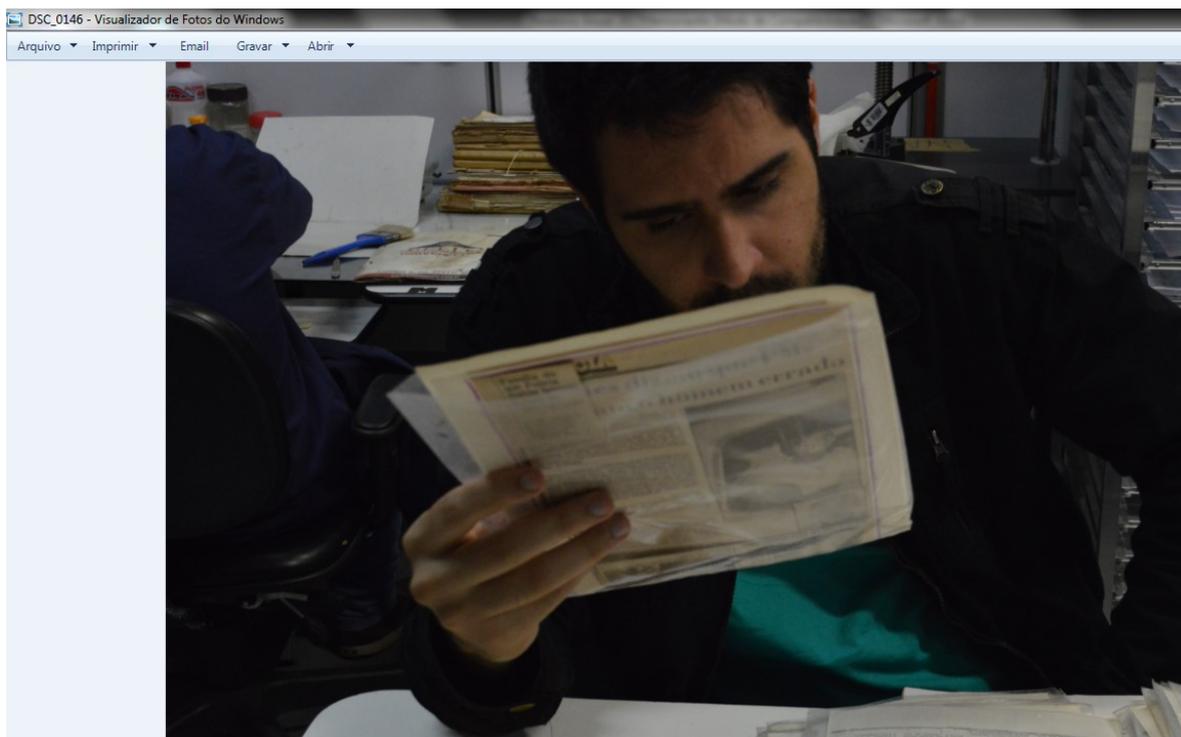
b) Arquivo Judicial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul

A visita teve por objetivo buscar informações sobre o processo do “Caso do Homem Errado”, réu Júlio César de Melo Pinto, julgado por esta Justiça Militar e que obteve ampla cobertura midiática na época em que ocorreu. Em relação a esse processo, efetuamos uma pesquisa datada de 25/10/2017, na seção SAJA – TJRS, e há três documentos arquivados: o processo nº 01187194566, cujas autoras são Sebastiana de Melo Pinto e Juçara Carneiro Melo Pinto - mãe e esposa da vítima respectivamente – sendo réu o Estado do RGS; uma Execução Criminal CP40236168; um Dossiê, doado por um jornalista. Além disso, vimos a estrutura de pessoal e material do arquivo do TJ para restaurar e manter os feitos. A equipe do Projeto Memória e um membro da Assessoria de Comunicação do TJMRS tiraram fotos da visita.

Após pesquisa e análise da documentação, sugerimos requerer o empréstimo dos processos e do dossiê para expor em nossa mostra comemorativa alusiva aos 100 anos do Tribunal de Justiça Militar. A seguir fotografias da visita técnica.

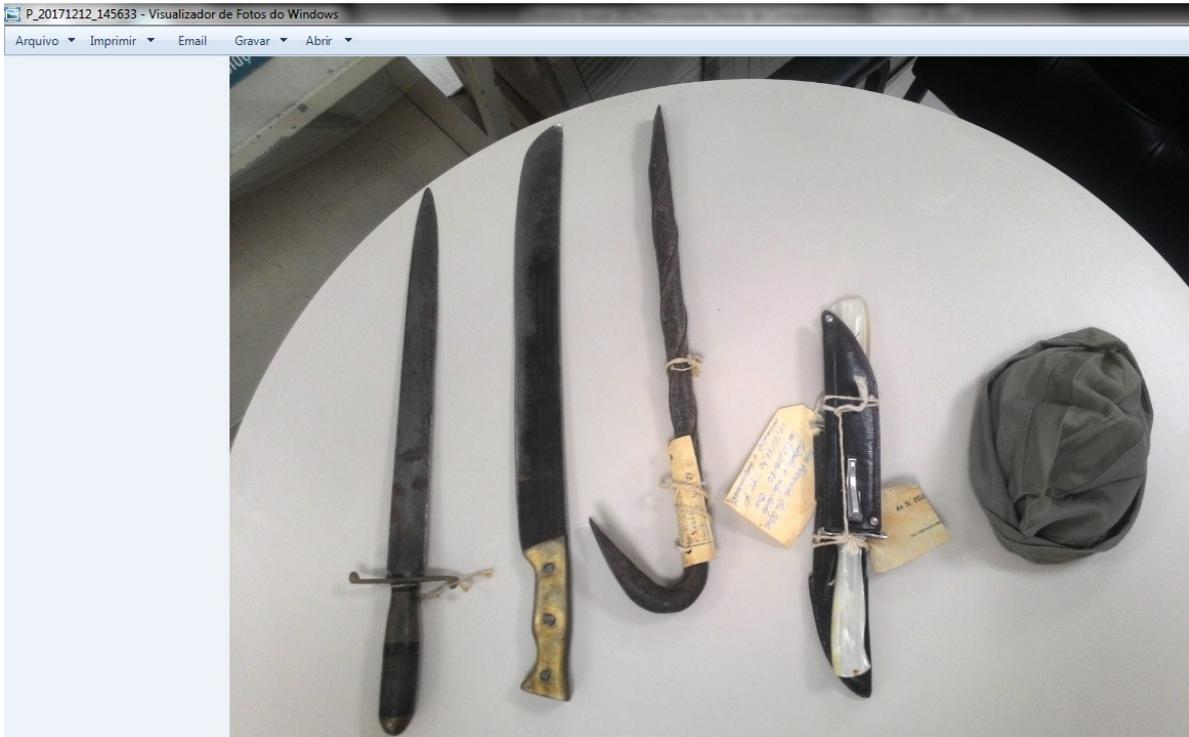
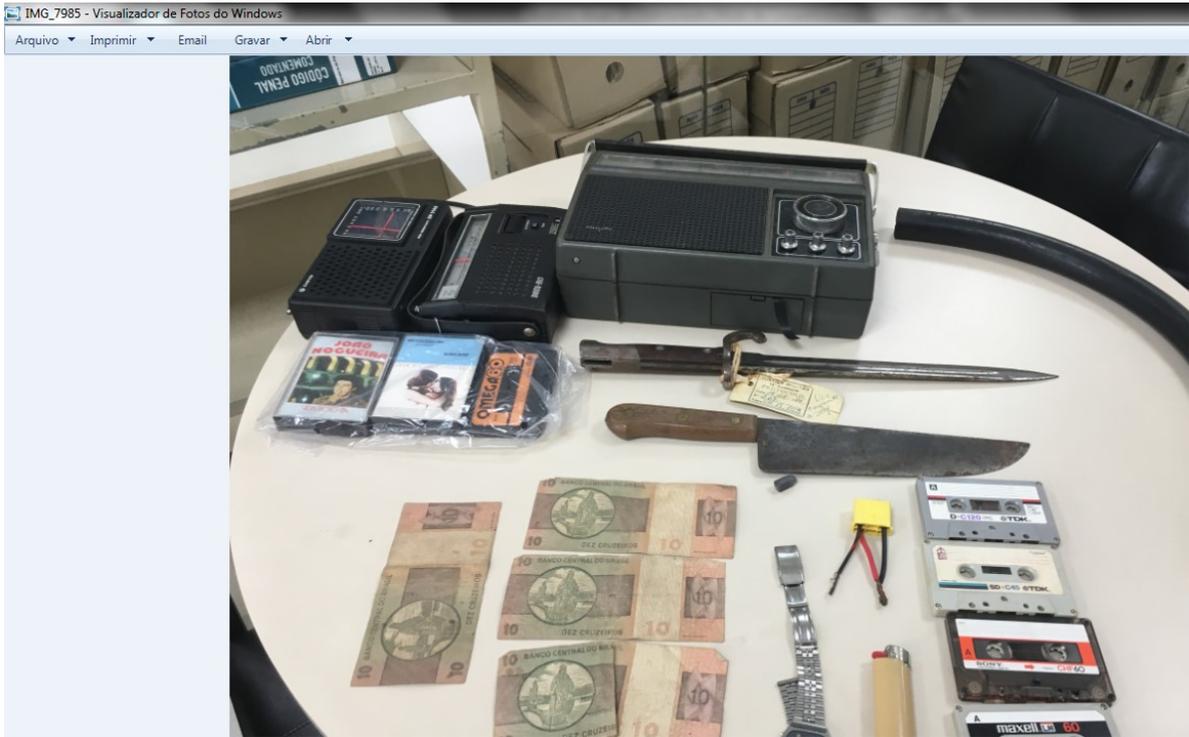


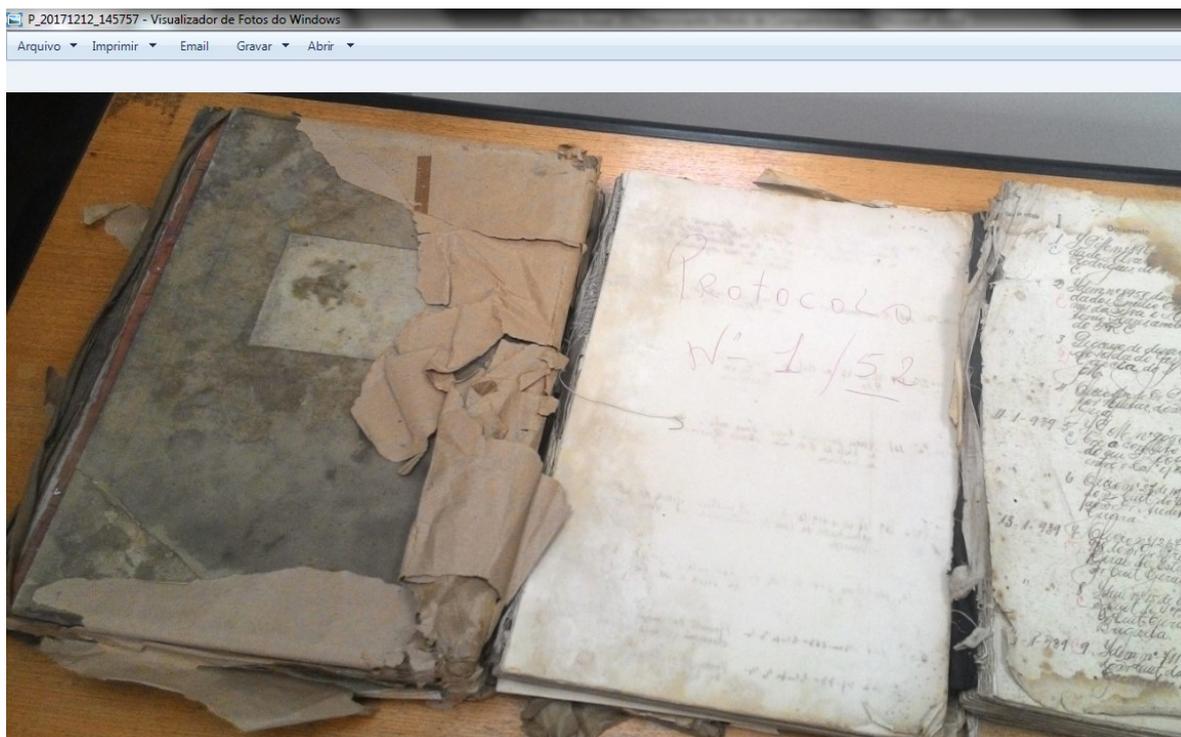




2.4 Avaliação histórica dos documentos do Arquivo da Primeira Auditoria e do Tribunal

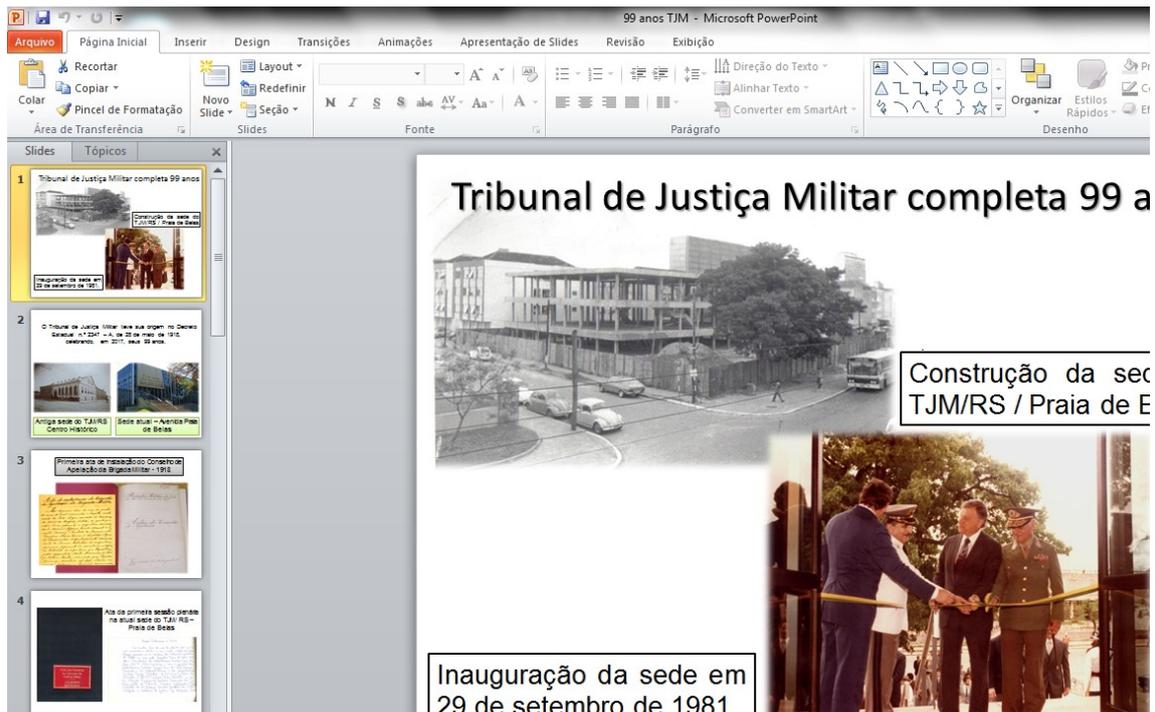
A Portaria nº 104/2016 instituiu um grupo de trabalho para avaliação histórica dos documentos de um dos Arquivos da Primeira Auditoria da JMERS. A atividade ainda está em andamento e será encerrada no primeiro trimestre de 2018. Foram recuperados diversos documentos, objetos, processos e inquéritos policiais militares que irão compor a coleção da mostra dos 100 anos do Tribunal de Justiça Militar que será lançada no primeiro semestre de 2018.





2.5 Elaboração de apresentação Institucional Histórica do Tribunal realizada pelo Serviço de Memória para veiculação institucional

A equipe do Serviço de memória elaborou uma apresentação com imagens, fotografias, recortes de jornais para ser veiculada durante a Sessão Solene de Comemoração dos 99 anos do Tribunal, que ocorreu no Plenário, em junho de 2017. Essa atividade visa cumprir a função regimental explícita como propor pesquisas de datas comemorativas e históricas alusivas à instituição para divulgação no site oficial, com fim de preservação histórica da memória institucional, por ser instrumento de identidade, de legitimidade e de poder. A seguir imagem ilustrativa do slide.



2.6 Mobilização dos magistrados, dos servidores e do público em geral à efetiva concretização dos objetivos do Projeto Memória.

Em 2017, houve o planejamento e a aquisição de expositores para divulgar a memória institucional da Justiça Militar através de fotografias, de documentos, de cartas, de objetos e de obras bibliográficas visando a montagem de uma exposição alusiva a preservação da memória pessoal e institucional. Também está sendo planejada uma mostra específica para os 100 anos do Tribunal de Justiça Militar e os 170 anos da Justiça Militar com o uso de processos judiciais, objetos, recortes de jornal de época, entre outros.

Essa atividade objetiva cumprir a atribuição regimental de designar um local próprio para guarda adequada tecnicamente à catalogação do acervo documental e fotográfico, bem com a aquisição de mobiliário adequado as necessidades do Serviço de Memória.

A seguir fotografias da exposição ainda em andamento.

Tribunal de Justiça Militar

intranettjm/intranet/default.asp?secao=abre_noticia&indice=3676

Site TJM E-mail SISTEMAS SEGA PJe

Ramais Pesquisar Nome ou Seto

Institucional Processos SPI Publicações Gestão TIC JMEco Biblioteca Suporte NGE Serviços

Notícia cadastrada em 27/11/2017 16:42:34 Asafe Bueno Freitas

JME reúne fotos e objetos históricos em exposição

A partir de hoje, o Projeto Memória abre exposição para retratar a história 1º e 2º grau da justiça castrense. No acervo da mostra constam processos, atas, cartas, livros e fotografias. As imagens apresentam solenidades, audiências, eventos e palestras de diferentes décadas da história da JME. A amostra é itinerante e está sendo temporariamente exibida nas entradas dos plenários Cel. Aldo Ladeira Ribeiro e Auditor César Alves, no Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

O Projeto Memória do Tribunal de Justiça Militar, implantado em 2002, através da Resolução nº 6/02, de 08 de outubro, visa resgatar e conservar a história da Justiça Militar do Estado, o pensamento e a atuação dos seus integrantes desde sua criação, investigando as influências e o ambiente social de cada época. A coordenação do Projeto é gerida pelo juiz militar do TJM Antonio Berni de Brum.

Projeto Memória pede doações de imagens

Visando incrementar o acervo e promover a conservação da história da Justiça Militar estadual, o Projeto Memória solicita doações de fotografias aos magistrados, servidores e aposentados. As imagens serão devidamente catalogadas e posteriormente acrescentadas ao acervo do Projeto.

Contatos para remessa de material ou empréstimo através do email: projeto-memoria@tjm.rs.gov.br, ou pelo fone: 51 3214 1042.

Galeria de Imagens:

Ponto Eletrônico

....

Registrar entrada

Visualizar Meu ponto

Alterar senha do SEGA

Andamentos e Consultas

Administrativas

Feitos e processos - 1G

Feitos e processos - 2G

Justiça em números

Ouvidoria

Corregedoria

Tribunal de Justiça Militar

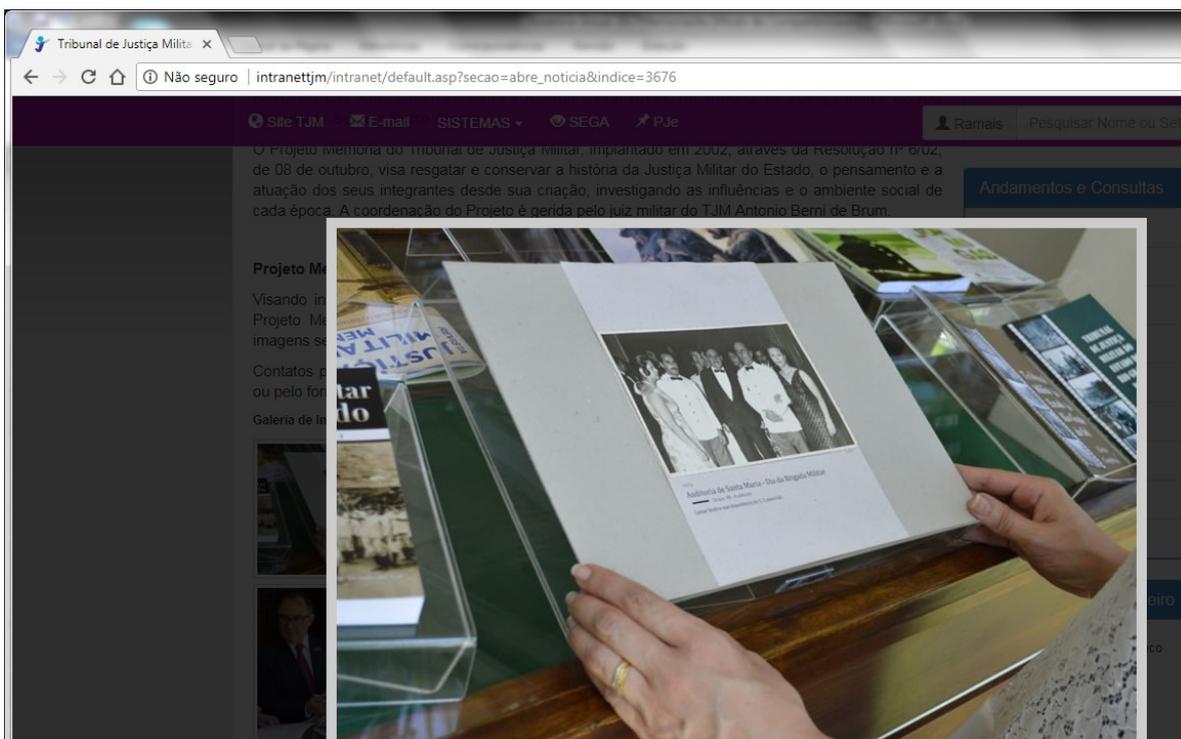
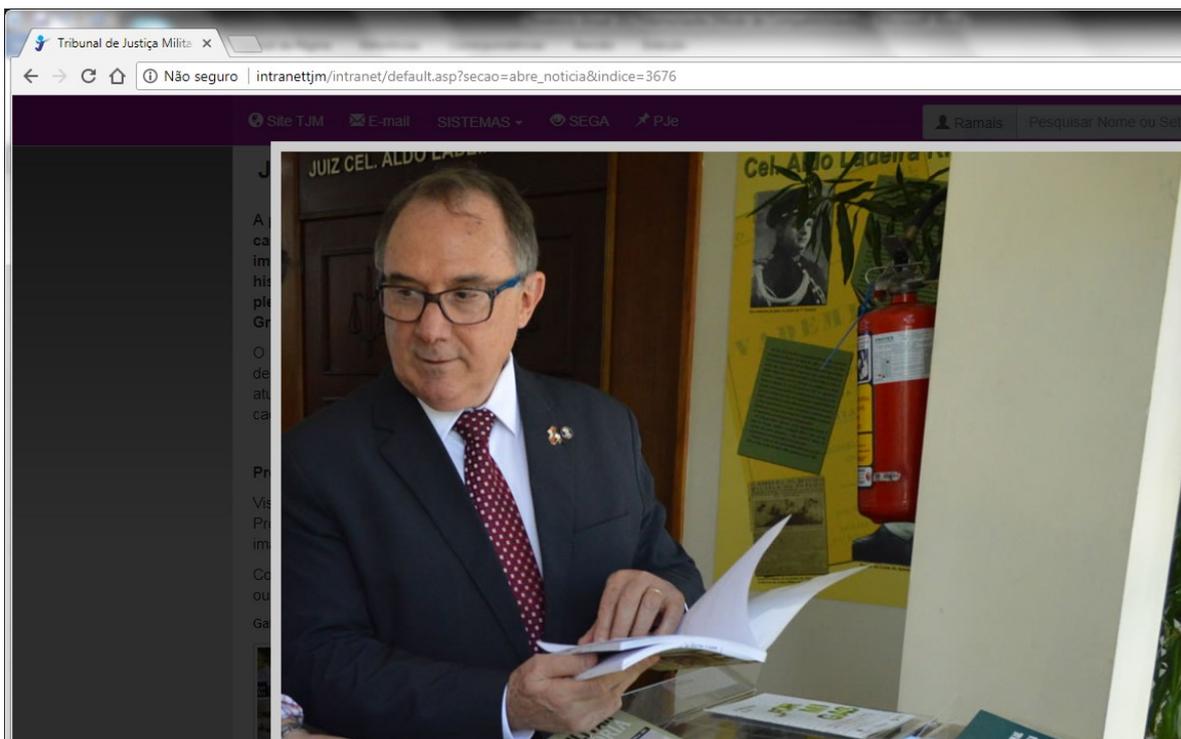
intranettjm/intranet/default.asp?secao=abre_noticia&indice=3676

Site TJM E-mail SISTEMAS SEGA PJe

Ramais Pesquisar Nome ou Seto

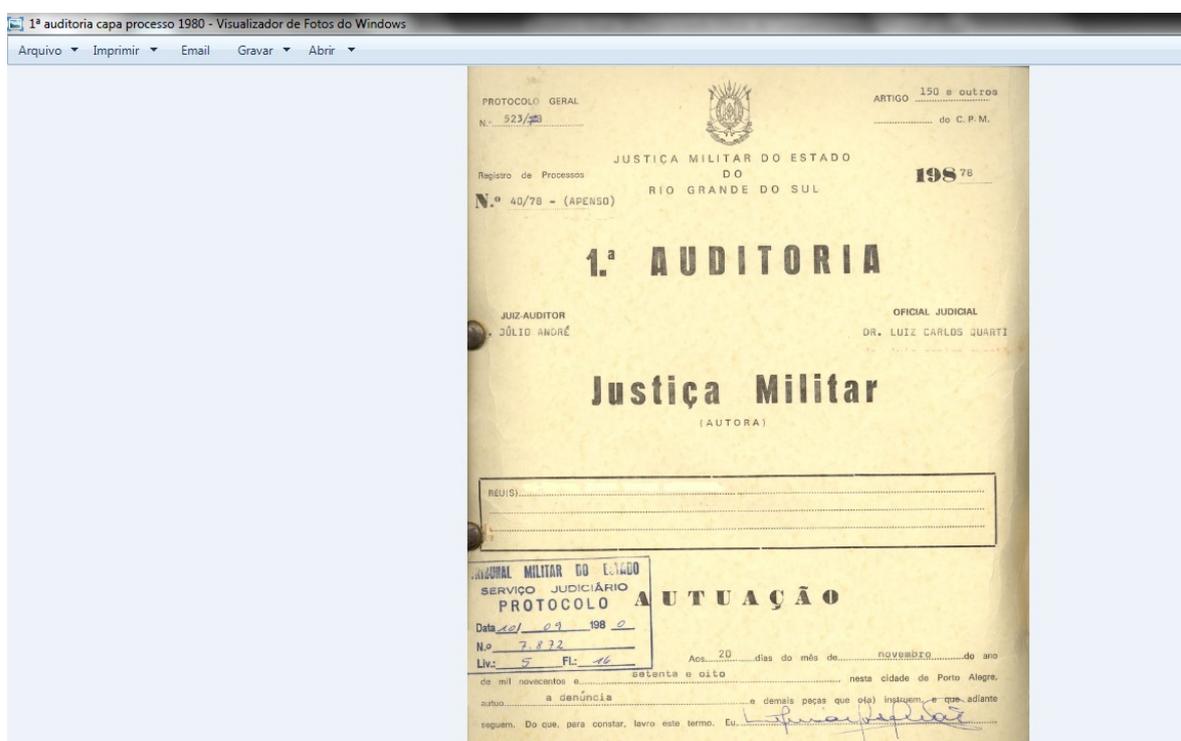
O Projeto Memória do Tribunal de Justiça Militar, implantado em 2002, através da Resolução nº 6/02, de 08 de outubro, visa resgatar e conservar a história da Justiça Militar do Estado, o pensamento e a atuação dos seus integrantes desde sua criação, investigando as influências e o ambiente social de cada época. A coordenação do Projeto é gerida pelo juiz militar do TJM Antonio Berni de Brum.

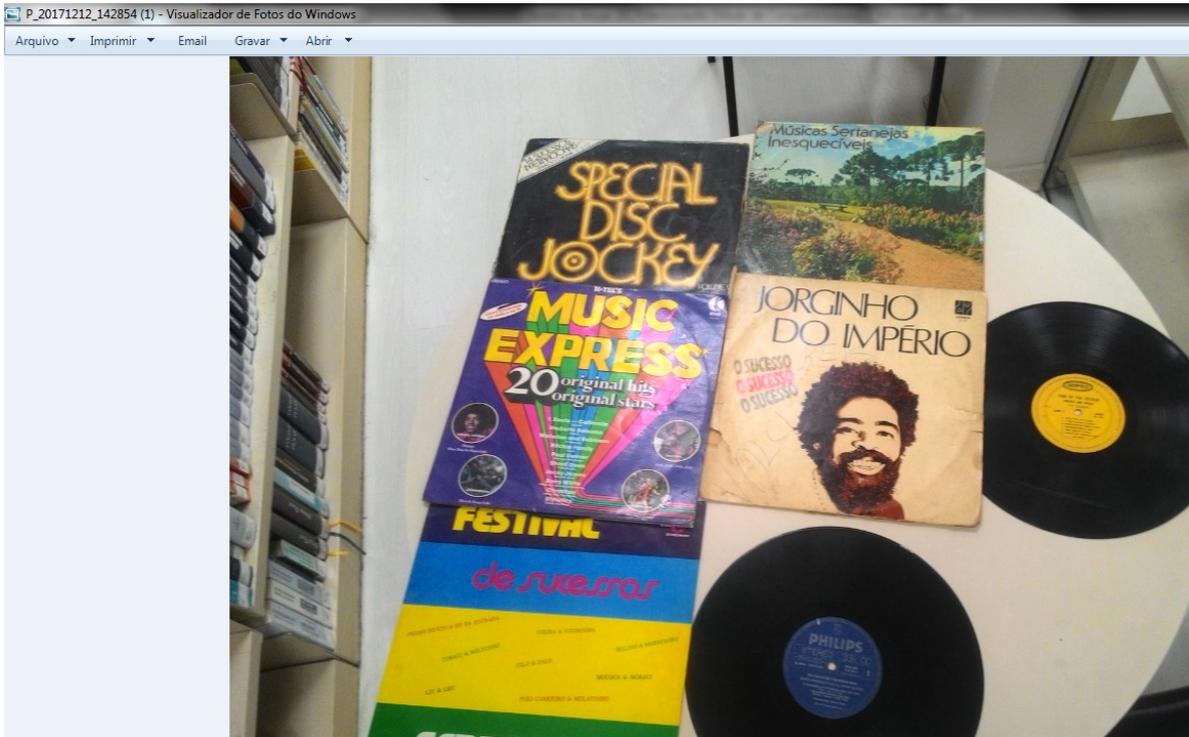
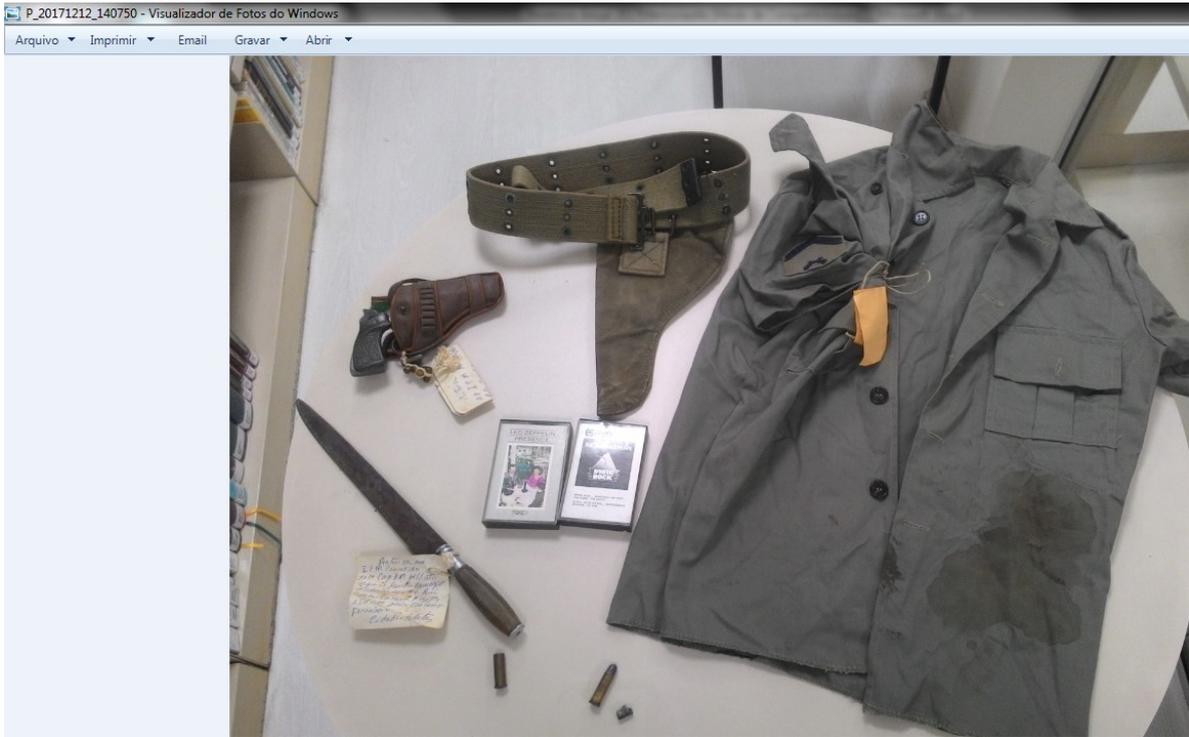




2.7 Localização e arrecadação, quando possível, de material de interesse do projeto junto às Auditorias e ao Tribunal

Em 2017, o Serviço de Memória obteve para avaliação *in loco* os dez processos mais antigos localizados no acervo do Arquivo Judicial de Passo Fundo. Esses feitos (processos e/ou inquéritos policiais militares) possuem valor histórico para esta Justiça Militar e passaram a compor o acervo setorial que pretende analisá-los, conservá-los e os divulgá-los para a sociedade através de suas exposições temporárias.







2.8 Atividades do Serviço de Memória para 2018

Dentre as atividades de rotina do Serviço de Memória que serão executadas no ano de 2018, ainda será dada continuidade das seguintes atividades; a) manutenção da publicação das fotos do Tribunal no Flickr; b) organização e catalogação dos arquivos físicos do Projeto Memória; c) desenvolvimento do livro: “Justiça Militar do Estado: histórico e depoimentos, vol. 3” visto que foi desenvolvido em 2017 o roteiro das entrevistas; d) divulgação e lançamento do livreto **“Auditorias da Justiça Militar do Rio Grande do Sul: da aplicação do Código Penal da Armada ao processo eletrônico”**; e) organização e catalogação dos registros históricos dos 100 anos do Tribunal de Justiça Militar e dos 170 anos da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul.

3 SERVIÇOS DE REFERÊNCIA E PESQUISA

Ao Serviço de Referência e de Pesquisa compete: a) atender e auxiliar as consultas de leitores dos usuários (integrantes da Justiça Militar do Estado ou do público em geral), orientando-os na escolha e na pesquisa em livros, periódicos e demais materiais de informação; b) efetuar pesquisas legislativas, doutrinárias e/ou

jurisprudenciais para os servidores vinculados a Justiça Militar do Estado; c) gerenciar e controlar o empréstimo do material; d) efetuar ou cancelar empréstimos; e) renovar as obras emprestadas; d) solicitar a devolução do material em atraso ou com reserva; e f) organizar e facilitar os meios necessários à consulta e ao empréstimo de livros e outras publicações.

O serviço de referência é a atividade primordial para a existência de uma unidade de informação. De acordo com Macedo (1990):

(...) a essência do conceito de referência é o atendimento pessoal do bibliotecário profissional preparado para esse fim ao usuário que, em momento determinado, o procura para obter uma publicação ou informação por ter alguma dificuldade, ou ainda, não encontrando a informação na biblioteca, precisa ser encaminhado para outra instituição.¹

O surgimento das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC's) revolucionou as atividades biblioteconômicas. Atualmente, além da interação bibliotecário-usuário o profissional da informação também se depara com as relações bibliotecário-interface de entrada de dados (planilhas eletrônicas onde são catalogados, indexados e classificados os materiais informacionais) e usuário-interface de pesquisa. Na Coordenadoria de Biblioteca e Memória, os processos biblioteconômicos foram informatizados através do Sistema de Bibliotecas Pergamum. Desde sua disponibilização na Internet institucional, houve um considerável aumento de atendimentos e pesquisas. Para melhoria do atendimento de pesquisas no Sistema Pergamum foi desenvolvido um folder explicativo que será disponibilizado futuramente aos usuários potenciais e a sociedade.

3.1 Atendimentos

Os atendimentos realizados pela Coordenadoria se dividem em consulta local, empréstimos e pesquisas. A consulta local é a utilização, dentro do recinto setorial, de qualquer material de informação existente no acervo. A consulta local está disponível para o público em geral.

¹ MACEDO, Neusa Dias de. *Princípios e reflexões sobre o serviço de referência e informação*. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v.23, n.1/4, p.09-37, jan./dez., 1990.

O empréstimo de obras é restrito aos usuários vinculados à Justiça Militar do Estado do RS e não são todas as obras do acervo que podem ser retiradas. As obras raras e as de consulta local não podem ser emprestadas devido a sua fragilidade. Em 2017, foram efetuados 2462 empréstimos e 2445 devoluções, totalizando um ligeiro aumento na circulação bibliográfica. Foram emprestados e devolvidos livros, exemplares de periódicos, folhetos e monografias. Os materiais com maior número de ocorrência de circulação são das áreas de: Direito Penal Comum e Militar, Processo Penal Militar e Direito Constitucional, nesta ordem.

Outra modalidade de empréstimo é o permanente no qual a Coordenadoria, durante o ano de 2017, foram emprestados diversos livros para os acervos dos Gabinetes dos Juízes de Direito da Justiça Militar do Estado e para os acervos dos Gabinetes de Juízes e dos órgãos setoriais do Tribunal de Justiça Militar. O empréstimo permanente visa agilizar e facilitar o desenvolvimento das atividades setoriais, na medida em que essas obras são de consulta rápida e diária desses setores.

3.2 Pesquisas

Durante esse ano, foram realizadas 207.463.499 pesquisas no Sistema Pergamum. Importa salientar que o *site* de pesquisa está disponível aos cidadãos na Internet Institucional. As áreas mais pesquisadas, no ano de 2017, são Direito Penal Comum, Direito Constitucional, Direito Penal Militar, Processo Penal Militar e Justiça Militar, respectivamente.

Além das pesquisas ao acervo próprio da Coordenadoria de Biblioteca e Memória, também foram realizadas diversas pesquisas nos sites de jurisprudência dos diversos tribunais estaduais, do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. As pesquisas de doutrina são realizadas no *site* da Biblioteca Institucional, entretanto as pesquisas de legislação e de jurisprudência são feitas, quase exclusivamente, no site das instituições produtoras. Cerca de 80% dessas pesquisas são realizadas para suprir as necessidades informacionais dos magistrados e servidores da Justiça Militar do Estado do RS e dos membros e servidores do Ministério Público junto a nossa Instituição.

A Coordenadoria também realizou diversas consultas, em 2017, que visaram à obtenção de pareceres jurídicos para a solução de controvérsias administrativas. Foram utilizados os serviços de consultoria das seguintes publicações: Revista Zênite: informativo de licitações e contratos, Revista JML: licitações e contratos, Boletim de Direito Administrativo, Boletim de Licitações e Contratos e, por fim, Fórum Administrativo: direito público.

A Unidade também colaborou, em 2017, com diversos usuários externos interessados em realizar pesquisas para suas monografias de conclusão de curso, de mestrado, de doutorado, de especialização em Direito Penal Militar, Segurança Pública, dentre outros. Os usuários foram atendidos presencialmente ou virtualmente. Eram oriundos de diversos estados brasileiros e de cidades do interior do RS.



3.3 Intercâmbios de Informações com Outras Bibliotecas Jurídicas

Durante todo o período corrente, a Biblioteca trocou informações e obras jurídicas com várias outras bibliotecas. Dentre elas, a do Ministério Público do Estado do RS, as bibliotecas dos Tribunais de Justiça Militar de Minas Gerais e de São Paulo, a do Tribunal de Justiça do RS e a do Supremo Tribunal Federal.

A Biblioteca recebeu vários materiais de informação, doados pela Biblioteca do Superior Tribunal de Justiça, pela Library of Congress (Biblioteca do Congresso dos EUA) e por outras bibliotecas jurídicas do Estado. Algumas obras de doação foram recebidas em permuta com a Revista de Jurisprudência Militar, que era expedida pela Unidade.

Porto Alegre, 17 de janeiro de 2018.

Francine Feldens

Bibliotecária Pesquisadora-Judiciária

Coordenadora

Id. Func. 3393917